



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva



CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - CP_AVL_DPD_2020

Entre

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, adiante designada como Primeira Outorgante,

E

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DE LISBOA**, com o contribuinte n.º 501290095, com sede na Rua Marcos Portugal, 4 - 1º Esq. - 1495-091 Algés, representada neste acto pelo seu Presidente, Paulo António Rebordão Pires Gonçalves, adiante designada por Segunda Outorgante,

Ambas em conjunto designadas como "Partes",

Considerando que:

- Pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, os apoios ou participações financeiras atribuídos pelas federações desportivas às associações regionais ou distritais nelas filadas, são obrigatoriamente titulados por contratos programa de desenvolvimento desportivo;
- A concessão de apoios mediante a celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto;
- O apoio concedido via contratos programa de desenvolvimento desportivo visa uma maior coordenação da modalidade, para que uma política global, visando o Voleibol Nacional, possa ser cada vez mais efectiva;

De acordo com a legislação em vigor é celebrado o presente **Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo**, o qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma participação financeira, a qual se destina à execução do Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol, que a Associação de Voleibol de Lisboa se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano, bem como à participação da Associação nas Assembleias Gerais da Federação Portuguesa de Voleibol.

Cláusula Segunda (Período de execução do programa)

O prazo de execução do programa objecto de participação financeira ao abrigo do presente contrato programa termina em 31 de Dezembro de 2020.



Mais para si.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Cláusula Terceira (Comparticipação financeira)

1 - A participação financeira a prestar pela Federação Portuguesa de Voleibol à Associação de Voleibol de Lisboa, para apoio à execução do Programa referido na Cláusula 1.ª, é do montante de **EUR 13.701,74** (Treze mil setecentos e um euro e setenta e quatro cêntimos), sendo a verba de EUR 13.301,74 destinada a participar os custos com a organização e gestão da Associação, bem como com a execução do projecto de desenvolvimento da prática do voleibol e a verba de EUR 400,00 para participação nas Assembleias Gerais da Federação Portuguesa de Voleibol.

2 - A alteração dos fins a que se destinam as verbas previstas neste contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita da Federação Portuguesa de Voleibol, com base numa proposta fundamentada da Associação.

Cláusula Quarta (Disponibilização da participação financeira)

1 - A participação referida no n.º 1 da Cláusula anterior será disponibilizada mensalmente, após assinatura do presente contrato e de acordo com a afectação de verbas do IPDJ, I.P. à Federação Portuguesa de Voleibol para o efeito.

2 - A não entrega ou a não validação do relatório intermédio sobre a execução técnica e financeira do Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol, determina a suspensão do pagamento por parte da Federação Portuguesa de Voleibol à Associação, até que esta cumpra o estipulado na alínea c) da Cláusula 5.ª infra.

Cláusula Quinta (Obrigações da Associação)

São obrigações da Associação:

- Executar o Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol de acordo com o Plano federativo, de forma a atingir os objectivos expressos naquele Plano;
- Prestar todas as informações, bem como apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato programa, sempre que solicitadas pela Federação Portuguesa de Voleibol;
- Entregar até 15 de Setembro de 2020, um relatório intermédio, em modelo definido pela Federação, sobre a execução técnica e financeira do Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol referentes ao 1.º semestre;
- Entregar até 01 de Março de 2021, um relatório final, em modelo definido pela Federação, sobre a execução do Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol;
- Facultar à Federação Portuguesa de Voleibol, ou a entidade credenciada a indicar por aquela, na sua sede social, o mapa de Execução Orçamental a 31 de Dezembro de 2020 do Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol, o Balancete Analítico a 31 de Dezembro de 2020 antes do apuramento de resultados do Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, que demonstrem os pagamentos efectuados no âmbito da execução do Programa referido;
- Criar um centro de custos próprio e exclusivo para a execução do Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol objecto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os de execução deste Programa, de modo a assegurar-se o acompanhamento da aplicação de verbas confiadas exclusivamente para este fim;



Mais para si.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

g) Entregar, até 15 de Abril de 2021, os seguintes documentos:

- i.) O Relatório Anual e Contas de Gerência, acompanhado da cópia da respectiva acta de aprovação pela Assembleia Geral da Associação;
- ii.) O parecer do Conselho Fiscal nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, acompanhado da Certificação Legal de Contas - por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas - se aplicável (casos em que as entidades beneficiárias de apoios nos termos do presente contrato programa beneficiem, no ano económico em causa, de apoios de montante igual ou superior a € 50.000,00);
- iii.) As demonstrações financeiras, Balanço, Demonstração de Resultados e respectivos Anexos, previstas no Regime de Normalização Contabilística para Entidades Sem Fins Lucrativos;
- iv.) O Balanete Analítico do centro de resultados, previsto na alínea f), antes do apuramento de resultados.

h) Apresentar até 15 de Dezembro de 2020, o plano de actividades e orçamento para o ano de 2021, caso pretenda celebrar contrato programa para esse ano.

Cláusula Sexta (Obrigações fiscais e para com a Segurança Social)

A Associação de Voleibol de Lisboa não poderá beneficiar de novos apoios financeiros por parte da Federação Portuguesa de Voleibol, sempre que se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, sendo igualmente suspensos os apoios decorrentes do contrato programa em curso enquanto a situação se mantiver.

Cláusula Sétima (Incumprimento das obrigações da Associação)

1 - O incumprimento, por parte da Associação, das obrigações abaixo discriminadas, pode implicar a suspensão das participações financeiras da Federação:

- a) Das obrigações referidas na Cláusula 5.ª do presente contrato programa;
- b) Das obrigações contratuais constantes noutros contratos programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 - O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), c), d) e e) da Cláusula 5.ª, por razões não fundamentadas, concede à Federação Portuguesa de Voleibol o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol.

3 - Sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 da Cláusula 3.ª supra, caso as participações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante não tenham sido aplicadas na execução do competente Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.

4 - Caso as participações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante, constantes noutros contratos programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol, em 2020 e/ou em anos anteriores, não tenham sido totalmente aplicadas na execução dos competentes Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Cláusula Oitava (Obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol)

É obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol verificar o exacto desenvolvimento do Programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol que justificou a celebração do presente contrato programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução nos termos anteriormente definidos ou noutros que, no seu entender, sejam adequados ao mesmo fim.

Cláusula Nona (Revisão do contrato)

O presente contrato programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula Décima (Vigência do contrato)

O presente contrato programa entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2020.

Cláusula Décima Primeira (Disposições finais)


1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato programa será publicitado na página electrónica da Federação Portuguesa de Voleibol.

2 - Os litígios emergentes da execução do presente contrato programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 - Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo competente, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

Assinado no Porto, em 09 de Julho de 2020 em dois exemplares de igual valor, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.


Pela FPV
(Vicente Henrique Gonçalves de Araújo)


Pela Associação
(Paulo António Rebordão Pires Gonçalves)





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiação na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – CP_AVL_PROJ_A_2020

Aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo - Projectos - CP_AVL_PROJ_2020, celebrado entre a Federação Portuguesa de Voleibol e a Associação de Voleibol de Lisboa

Entre

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, adiante designada como Primeira Outorgante,

E

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DE LISBOA**, com o contribuinte n.º 501290095, com sede na Rua Marcos Portugal, 4 – 1.º Esq. – 1495-091 Algés, representada neste acto por Paulo António Rebordão Pires Gonçalves, na qualidade de Vice-Presidente da Direcção com poderes para o acto, adiante designada por Segunda Outorgante,

Ambas em conjunto designadas como "Partes",

Considerando que:

- Mediante o contrato-programa CP_AVL_PROJ_2020, celebrado em 20/07/2020, foi concedida pela Federação Portuguesa de Voleibol uma comparticipação financeira à Associação de Voleibol de Lisboa;
- No âmbito do financiamento ao movimento associativo, torna-se necessário dar continuidade ao apoio acima supracitado para fazer face aos encargos assumidos pela Associação, resultantes de novos Projectos desta;

É acordado e reduzido a escrito, ao abrigo da Cláusula nona do contrato-programa – Projectos - CP_AVL_PROJ_2020, celebrado entre as partes em 20/07/2020, o presente aditamento ao contrato-programa indicado, do qual passa a fazer parte integrante, com o seguinte teor:

Cláusula Primeira (Objecto do aditamento)

O presente aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo – Projectos - CP_AVL_PROJ_2020, celebrado em 20/07/2020, tem por objecto acrescentar oito novos Projectos apresentados pela Associação de Voleibol de Lisboa, após fichas de candidatura que mereceram a aprovação da Federação Portuguesa de Voleibol.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

Cláusula Segunda (Comparticipação financeira)

1 - A participação financeira concedida no n.º 1 da Cláusula 3.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo - Projectos, CP_AVL_PROJ_2020 é acrescida de até **7.200,00 €** (Sete mil e duzentos euros), destinada a participar os custos com:

- a) Circuito Regional de Minivoleibol - Até 400,00 €;
- b) Gira Volei / Gira Mais - Até 900,00 €;
- c) Apoio Sede AVL - Até 900,00 €;
- d) Centro Treino AVL (CT AVL) - Até 5.000,00 €;

2 - A alteração dos fins a que se destina a verba prevista neste contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita da Federação Portuguesa de Voleibol, com base numa proposta fundamentada da Associação.

3 - Caso a participação financeira concedida pela Primeira Outorgante não tenha sido aplicada na execução daquilo que constitui objecto do presente aditamento, a Associação obriga-se a restituir à Federação o montante não aplicado e já recebido.

Cláusula Terceira (Disponibilização da Participação financeira)

A participação referida na Cláusula Segunda será disponibilizada mensalmente, de acordo com a afectação de verbas do IPDP, I.P. à Federação Portuguesa de Voleibol para o efeito.

Cláusula Quarta (Prazo de execução do programa)

O prazo de execução do programa objecto de participação financeira ao abrigo do presente aditamento termina em 31 de Dezembro de 2020.



Cláusula Quinta (Obrigações da Associação)

São incluídas nas obrigações da Associação de Voleibol de Lisboa, previstas nas Cláusulas Quinta e Sexta do contrato programa de desenvolvimento desportivo -Projectos - CP_AVL_PROJ_2020, as decorrentes da celebração deste aditamento.

Assinado no Porto, em 01 de setembro de 2020, em dois exemplares de igual valor, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.


Pela FPV

(Vicente Henrique Gonçalves de Araújo)


Pela Associação

(Paulo António Rebordão P. Gonçalves)
ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DE LISBOA



Mais para si.

